

AO

MUNICÍPIO DE VACARIA-RS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÕES.

Objeto: Recurso Administrativo.

Concorrência Pública de Registro de Preços n. 04/2016.

Processo n. 206.954/16.

Requerente: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda.

05 782.733 / 0001 - 49
CIAMED DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA.
RUA SEVERINO AUGUSTO PRETTO, 560
SANTO ANTÃO - CEP: 95.960-000
ENCANTADO - RS

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.,

pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.782.733/0001-49, com sede à Rua Severino Augusto Pretto, n.º 560, Bairro Santo Antônio, Município de Encantado/RS, por sua representante que esta subscreve, na oportunidade que cordialmente lhe saúda, vem a elevada presença de Vossa Senhoria, com amparo no artigo 109 da Lei n. 8.666/1993, e no item 6 do edital Concorrência Pública de Registro de Preços n. 04/2016 interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face de decisão que considerou a recorrente inabilitada, em razão de erro material constante em declaração de idoneidade, o que faz pelos fatos e fundamentos a seguir delineados:

- Dos fatos.

A empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda., objetivando participar do processo licitatório acima identificado, apresentou toda a documentação exigida no edital.

Ocorre que na data de 30 de janeiro de 2017, por ocasião da realização de sessão de análise e julgamento da habilitação das licitantes no processo de Concorrência Pública de Registro de Preços n. 04/2016 (ATA nº 02/2017), foi considerada inabilitada, de modo que não pode participar do processo de licitação - sendo que suas propostas sequer serão avaliadas - sob o argumento de que: “declarou-se expressamente que inidônea”.

Ocorre, entretanto, que na declaração apresentada com a finalidade de registrar sua idoneidade, constou equivocadamente, por erro de digitação, que a recorrente “foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas”.

Registra-se que em tal informação, há evidente erro material - **haja vista que a empresa recorrente nunca teve sua declarada sua inidoneidade** -, situação que não pode impedi-la de participar das demais fases do processo licitatório, uma vez que tal atitude (inabilitação) caracteriza-se flagrantemente como excesso de formalismo, consoante maiores esclarecimento abaixo serão prestados.

Em razão, portanto, da decisão que a declarou inabilitada, a recorrente interpõe tempestivamente o presente recurso administrativo, com base nos fundamentos a seguir delineados.

- Do mérito.

Superada a descrição fática que envolve a questão ora apresentada, cabe destacar que o procedimento operado revela-se de **formalismo excessivo**, haja vista que evidente que a declaração de idoneidade da forma como redigida apresentou erro material, não sendo razoável pensar que uma empresa buscaria participar de processo licitatório, apresentando toda a documentação exigida, sabendo-se e declarando-se “inidônea”.

Ou seja, se a empresa fosse de fato inidônea, certamente não moveria toda sua estrutura administrativa, apresentando todos os documentos necessários e propostas dentro dos prazos previstos, sabendo que sua participação seria impossibilitada.

Ora, a situação em comento registra equívoco de ordem material, que não a deve impedir de participar de todas as fases do procedimento licitatório, haja vista que a recorrente é empresa IDÔNEA, estando no mercado há aproximadamente 15 anos, sempre honrando rigorosamente com os compromissos assumidos.

Tem-se, portanto, que a inabilitação, em evidente formalismo excessivo – pois levou em consideração apenas o critério de ordem material –, traduz-se em prejuízo e inobservância dos princípios que regem o processo de licitação, em especial, o da competitividade, o da proporcionalidade e o da razoabilidade.

Registra-se, por oportuno, que o erro material é aquele de fácil constatação, perceptível à primeira vista, a olhos nu. **Ou seja, não carece de maior exame para detectar que há um flagrante desacordo entre a vontade e o que de fato foi expressado no documento.**

Na situação em comento, o erro material decorre do fato de que na declaração constou que a empresa “foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público”, quando na verdade deveria ter constado que a recorrente “**NÃO** foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público”.

Cumpre consignar que não se pode admitir a conclusão de que a empresa recorrente almejasse participar da licitação e apresentasse documento (declarando-se inidônea) dando conta de que não atende aos requisitos previstos no edital, o que levou à declaração de inabilitação.

Salienta-se que não pode o simples erro material servir de suporte para a eliminação de candidatos e restrição do universo de propostas aptas a serem analisadas, mas apenas o não preenchimento objetivo das condições de participação no certame pode sugerir a eliminação precoce de concorrentes através de sua inabilitação.

Importante que se destaque, consoante Ata 02/2017, que não foi apontado que a recorrente tenha deixado de atender quaisquer dos requisitos do edital, a não ser o equívoco de ordem estritamente material na declaração de idoneidade.

A par do equívoco constante, registra que a Comissão de Licitação não adotou nenhuma diligência no sentido de retificar/esclarecer o equívoco constatado, consoante faculdade prevista no artigo 43, da Lei de Licitações, que assim dispõe:

Art.43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Deve ser dito que a adoção de qualquer diligência elucidativa não teria o condão de incluir novo documento ou informação, mas sim, somente esclarecer/elucidar a questão referente a idoneidade da recorrente, uma vez que efetuada uma simples análise do citado documento, verifica-se flagrante desacordo entre a vontade (participação de processo licitatório) e o que de fato foi erroneamente expressado no documento (informação equivocada de que seria empresa inidônea, não atendendo requisito previsto no edital).

Registra-se que a adoção de diligência buscando esclarecer/retificar o equívoco evidentemente material constatado na declaração de idoneidade possuiria o nítido intuito de buscar o maior número de participantes, para que dentre destes fosse possibilitada a verificação de forma mais ampla e abrangente possível, acerca dos melhores preços.

A esse propósito, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “o procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial”¹.

No mesmo diapasão, a decisão proferida no julgamento do Mandado de Segurança nº 5.606, DF, a cujo teor “as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados do certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes a fim de que seja possibilitado se encontre, entre várias propostas, a mais vantajosa”².

Registra-se inclusive que situações similares são enfrentadas frequentemente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, consoante decisões abaixo colacionadas, sendo decido que o formalismo excessivo – tais como inabilitação por simples erro de digitação, como é o caso dos autos - não pode se sobrepor ao interesse da Administração de ter o maior número possível de participantes:

¹ Mandado de Segurança nº 5631-DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Seção, in D.J.U, 17.08.98, p. 7.

² in D.J.U, 10.08.98, p. 4.

REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. LICITAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO. MERO ERRO MATERIAL. DESCLASSIFICAÇÃO. DESCABIMENTO. Tratando-se de formalismo excessivo por parte da impetrada, não se há falar em desqualificação da impetrante em virtude de mero erro material em documento entregue a fim de obter sua habilitação para participação em processo licitatório. In casu, simples erro de digitação não tem o condão de acarretar a eliminação da empresa participante da licitação, impondo-se a manutenção da sentença que reconheceu o direito da impetrante de obter o certificado de registro de empresa a fim de participar do Pregão Eletrônico nº 06/2015, do Município de São Domingos do Sul. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO, POR DECISÃO MONOCRÁTICA. (Reexame Necessário Nº 70069832491, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laura Louzada Jaccottet, Julgado em 16/08/2016).

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO. ERRO MATERIAL. ABUSIVIDADE. O simples erro material não deve ser causa de inabilitação e, por conseguinte, de eliminação da impetrante do certame em apreço, mas apenas o não preenchimento objetivo das condições de participação no certame pode sugerir a eliminação precoce de concorrentes através de sua inabilitação. Inteligência do art. 43, da Lei de Licitações. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. (Reexame Necessário Nº 70051488096, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 28/11/2012).

Nesse norte, bem descrita é a doutrina de Odete Medauar (*in* Direito Administrativo Moderno. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2001, p. 231), ao passo em que dissertando acerca de situação semelhante, sustenta que:

Cabe observar que, ante o princípio do formalismo moderado que norteia o processo administrativo, não deverá predominar rigor exagerado na apreciação dos documentos, que leve à inabilitação por motivo de minúcia irrelevante, afetando o princípio da competitividade. Quanto maior o número de licitantes, mais aumenta a possibilidade de obter melhores serviços, obras e materiais.

Igualmente Marçal Justen Filho³, adverte com a sabedoria que lhe é peculiar que:

[...] é imperioso avaliar a relevância do conteúdo da exigência. Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos.

No caso em tela, a apresentação de declaração em que constou erroneamente a informação de que a recorrente teria sido declarada inidônea não pode ter o condão de declará-la inabilitada, haja vista que na referida declaração a redação correta, retificando o erro material, deveria ser a seguinte:

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Concorrência Pública de Registro de Preços nº 004/2016, que NÃO foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Encantado, 17 de Janeiro de 2017.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 9ª ed. São Paulo: Dialética, 2002, p. 427.

Ademais, consoante informação disponibilizada pelo SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>) a empresa recorrente encontra-se com situação idônea (documento em anexo).

Não deve ser olvidado, outrossim, que na situação ora tratada não se esta diante de conduta eivada de má-fé, mas sim, de mero erro de digitação, que não pode ter o condão de acarretar a eliminação da empresa recorrente da licitação.

Assim, diante dos esclarecimentos prestados, bem com em atenção aos princípios que regem o procedimento licitatório, em especial ao da ampla concorrência e da razoabilidade, deve ser reconhecido que o erro material constante na declaração de idoneidade não possui o condão de inabilita-la de participar da Concorrência Pública de Registro de Preços n. 04/2016 do Município de Vacaria – RS, de modo que deverá a recorrente ser considerada habilitada a prosseguir no certame destinado à aquisição de medicamentos e materiais, com sua consequente participação nas demais fases do referido processo licitatório.

- Dos pedidos.

Face todo o exposto, requer a Recorrente o quanto segue:

- a) Seja recebido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, que objetiva a revisão da decisão que inabilitou a recorrente e a excluiu da participação do processo licitatório referente a Concorrência Pública de Registro de Preços n. 04/2016 do Município de Vacaria – RS, **atribuindo-lhe o pertinente efeito suspensivo, consoante previsão constante no parágrafo 2º do artigo 109 da Lei n. 8.666/1993.**

- b) Seja reconsiderada pelo senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação a decisão que inabilitou a recorrente e a excluiu da participação do processo licitatório referente a Concorrência Pública de Registro de Preços n. 04/2016 do Município de Vacaria – RS, haja vista que a empresa CIAMED Distribuidora de Medicamentos Ltda. é empresa que **NÃO** foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, de modo que seja considerada habilitada a prosseguir na citada Concorrência Pública de Registro de Preços, destinada à aquisição de medicamentos e materiais, com sua consequente participação nas demais fases do referido processo licitatório.
- c) Após a análise do requerimento acima, caso não reconsiderada a decisão de inabilitação, seja o presente recurso administrativo encaminhado à autoridade competente, para que o aprecie e, ao final, lhe dê provimento para anular a decisão que considerou a recorrente inabilitada, haja vista que esta é empresa que **NÃO** foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, de modo que a empresa CIAMED Distribuidora de Medicamentos Ltda. seja considerada habilitada a prosseguir no certame referente a Concorrência Pública de Registro de Preços n. 04/2016 do Município de Vacaria – RS, destinada à aquisição de medicamentos e materiais, com sua consequente participação nas demais fases do referido processo licitatório.

Pelo deferimento.

Encantado, 02 de fevereiro de 2017.



CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Rafael Kern Centeno - Representante

